

***ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA***



vinte e nove anos e a favor da idade inicial ser dezoito anos. O sr. **presidente** lembrou que a Comissão de Políticas Públicas havia ficado de analisar o assunto indagando se o projeto poderia ser encaminhado à plenária. A conselheira **Maria Isabel** informou que a comissão analisaria o Pró-Jovem naquela reunião. O conselheiro **Amarildo** relatou que a visita da comissão do CONANDA à Goiânia foi proveitosa e que a situação das pessoas acampadas nos ginásios melhorou bastante inclusive com a mudança delas para uma área provisória. Disse que participaram de uma reunião envolvendo conselhos de várias áreas como serviço social, saúde, conselhos municipal e estadual dos direitos da criança e conselhos tutelares. Segundo ele, foi feita uma pauta de reivindicações encaminhada ao Procurador Geral de Justiça de Goiás, Dr. Saulo Bezerra, ex-conselheiro do CONANDA. Ficou acertado com ele a transferência imediata de todas as pessoas, de uma única vez, o que, segundo ele, já havia sido feito. Disse também que, no entanto, na área provisória havia uma série de problemas como o de saneamento e que a conselheira Alda havia detectado situação generalizada de subnutrição. Distribuiu aos conselheiros o documento de análise da situação e sugeriu preparar uma síntese para encaminhar ao Procurador de Justiça de Goiás. O sr. **presidente** encaminhou para que a conselheira Alda fizesse o documento. Informou ter recebido dois ofícios: um do ministro Nilmário Miranda indicando o conselheiro Paulo Marques como suplente e outro da Fundação Abrinq comunicando a alteração de representante, saindo a conselheira Maria de Lourdes e ficando o conselheiro Helder. O conselheiro **Amarildo** informou que o conselheiro José Luiz (MJ), solicitou o desligamento do Conselho. A conselheira **Elizabeth** lembrou que, com a saída da conselheira Maria de Lourdes, havia a necessidade de eleger uma nova coordenação para a Comissão de Comunicação e Articulação. Registrou ser uma enorme perda a saída da conselheira e mostrou sua indignação pelo fato da Fundação Abrinq ter feito a alteração em meio ao trabalho tão importante que estava sendo desenvolvido pela conselheira. O sr. **presidente** solicitou que a comissão indicasse o nome do novo coordenador e que o mesmo fosse da sociedade civil, assim garantido a paridade, conforme Regimento Interno. O conselheiro **Renato** informou

que havia sido enviada, por duas vezes, a matéria sobre o grupo de extermínio formado por policiais militares de Fortaleza. Lembrou que foi feito, entre dois mil e dois mil e um, uma coleta de informações de várias denúncias sobre casos de assassinatos de adolescentes e adultos em uma rede de farmácias. Disse que, em dois mil e dois, foi protocolado uma representação junto à Procuradoria dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria Geral da República, listando treze assassinatos de adolescentes do mesmo modo. Informou que a Procuradoria solicitou à Polícia Federal uma investigação, que corria a dois anos em caráter sigiloso, mas que havia sido entregue a Justiça Estadual no início deste ano, com a alegação da Polícia Federal, de que o caso estava fora de jurisdição do órgão. Disse que o CDDPH, ao tomar conhecimento, formou uma comissão especial que visitou o Ceará a uns quinze dias atrás. A situação atual, segundo ele, é a seguinte: existem seis policiais presos e um foragido, há três empresários denunciados, inclusive o dono da rede de farmácias, o gerente de segurança e o pessoal da segurança privada. Disse que a representação foi no sentido de prevaricação, segurança clandestina, associação criminosa, homicídio com característica de extermínio e tortura. Citou o caso de um adolescente que, depois de algemado e preso, recebeu um tiro no fêmur, foi torturado e teve que ter a pena amputada em função da tortura. Sugeriu que o CONANDA se pronunciasse sobre o assunto e enviasse uma representação ao sr. governador do Estado, ao presidente do Tribunal de Justiça e à Procuradoria Geral de Justiça. Informou ainda que o relatório do CDDPH sairia em quarenta dias, inclusive verificando se haveria o pedido de federalização do caso. Enfatizou aos conselheiros membros da sociedade civil que suas instituições também enviassem representações para aquelas instâncias. O sr. **presidente** solicitou que o conselheiro Renato redigisse o texto da representação para ser apresentada em plenário. O conselheiro **Amarildo** comentou o caso da cidade de Milagres, no Ceará, onde existe uma denúncia, com fortes evidências, de abuso sexual de adolescentes pelo ex-prefeito que ficou no cargo por oito anos. Disse que o prefeito era uma pessoa considerada poderosa politicamente e que havia conseguido abafar, de alguma forma, as investigações, inclusive com o

arquivamento do processo pelo Ministério Público. Informou que o CDDPH criou uma comissão especial que se deslocou até o local com o intuito de fazer uma audiência pública que não aconteceu por falta de segurança. Disse que até o major da PM local estava defendendo o prefeito junto com mais de mil pessoas que poderiam até ter linchado a comissão. Demonstrou sua preocupação sobre a solicitação da Polícia Federal para não se fazer divulgação maciça do fato antes da conclusão da investigação. Ainda com a palavra, o conselheiro **Amarildo** informou que se ausentaria da plenária para fazer a abertura de uma Conferência Municipal, em Manaus. **Relato do Grupo de Trabalho sobre o primeiro relatório do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente.** Com a palavra, o conselheiro **Renato** explicou que a comissão, formada por cinco conselheiros, fez a análise do primeiro relatório relativo aos compromissos do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente no período de janeiro a junho de dois mil e quatro. Explicou que a comissão realizou duas reuniões. Na primeira foram definidas a matriz de monitoramento, que continha um comparativo da programação do PPA com o compromisso assumido para cumprir a meta no período. Disse que cada um havia ficado com um dos quatro temas, pilares do plano: Proteção Especial, Vidas Saudáveis, Educação, HIV-Aids. Falou que houveram também conversas informais, inclusive com a rede Amigo da Criança, no dia oito passado. Como resultado ficou definida a sugestão de se criar um grupo de trabalho da sociedade civil com representação do comitê gestor do Plano para a avaliação do mesmo naquela plenária e para planejar a criação de quatro grupos com aqueles temas que permitissem operacionalizar o monitoramento do Plano. Explicou que pretendiam, já com a matriz pronta, apresentar na próxima reunião do CONANDA, um texto que envolvesse a análise do relatório pensando em outros compromissos do Estado brasileiro. Disse que também era preciso preparar a avaliação do conselho para a assembléia da ONU, que acontecerá no dia dez de setembro, para avaliar as metas do milênio. O sr. **presidente** demonstrou preocupação pelo desfalque do referido trabalho com a saída da conselheira Maria de Lourdes e disse que tentaria conversar com ela o mais rápido possível. Novamente

com a palavra, o conselheiro **Renato** disse que era preciso fazer um levantamento com os ministérios e com o comitê gestor dos dados referentes ao segundo semestre de dois mil e quatro para não atrasar o andamento dos trabalhos já que estavam encerrando o primeiro semestre de dois mil e cinco. Levantou o questionamento se o CONANDA deveria estar no comitê gestor do Plano e fazer a verificação se o comitê gestor estaria realmente assumindo o papel de gerenciar o Plano. O conselheiro **Cláudio** explicou da impossibilidade da participação do CONANDA por conta da marcação das reuniões do comitê, que muitas vezes eram definidas no dia anterior ao encontro. A seu ver, disse que o CONANDA não deveria participar do comitê pela natureza do trabalho como gestor. O sr. **presidente** perguntou à plenária se havia posição contrária a do conselheiro Cláudio. Como não houve, encaminhou que se enviasse um ofício comunicando a saída do Conanda do Comitê Gestor do Plano Presidente Amigo da Criança. A conselheira **Lusenir**, representante suplente do IPEA no comitê, disse, que apesar de não responder oficialmente em nome do comitê, estava sendo consolidado o relatório final de dois mil e quatro, feito pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Explicou que esta defasagem sempre ocorreria por conta de um problema de coordenação de informações, já que muitos órgãos envolvidos tinham dificuldade de consolidar os resultados da execução financeira com a execução física das ações, até por conta do acompanhamento do SIAF que, neste ano, só fechou em abril. Quanto ao questionamento levantado pelo conselheiro sobre se o comitê estava sendo de fato gestor do Plano, disse que era uma questão delicada pela enormidade das ações e pela complexidade da articulação de vários órgãos e, principalmente, pelo fato de não ter ninguém na composição do comitê de instância decisória. Admitiu que havia uma dificuldade para o comitê atuar de fato como gestor e enalteceu o fato do Plano estar conhecido nos órgãos e reconhecido como um instrumento de atuação do governo na área da criança e do adolescente. A conselheira **Teresa**, que também faz parte do comitê, avaliou como importantes as discussões no comitê e disse que existem estratégias para aumentar a atuação junto com à sociedade civil para que o Plano tenha continuidade no próximo

governo. Considerou inovador o fato de terem incluído no PPA ações que dizem respeito à criança e ao adolescente. Disse haver uma discussão dos ministérios no sentido de rever algumas ações e elogiou o esforço da Casa Civil em definir o Plano como prioridade. Informou ainda que no dia vinte e três haveria uma reunião na Casa Civil para discutir as ações. O sr. **presidente** agradeceu as intervenções e disse que o conselho, a partir daquelas reflexões, teria mais subsídios para elaboração do relatório que seria apresentado em julho.

**Apresentação do Plano Estratégico da Secretaria Especial de Direitos Humanos no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.**

Com a palavra, a sra. **Maria Lúcia Leal** demonstrou sua satisfação em estar dialogando com o CONANDA o qual classificou como uma instância democrática de importância extraordinária na qualidade de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e nas polícias voltadas à eles. Disse ser uma defensora dos espaços de democratização com modelos de esferas públicas iguais àquele, onde se fazia presente a relação entre Estado e Sociedade Civil. Avaliou como histórica a construção de políticas sociais no Brasil feitas pelos movimentos sociais, ONG's e demais expressões da sociedade civil. Disse que implementar o Estatuto da Criança e do Adolescente era também pensar no combate às violações de direito, não só a nível local, mas transnacional quando se diz respeito à violência sexual e comercial de crianças e adolescentes, pornografia, tráfico, prostituição e turismo sexual. Por isso, disse ser de fundamental importância a construção pública de combate a violência sexual no Brasil. Disse que tal violência é uma questão social em suas múltiplas determinações que vão desde o combate da desigualdade social de gênero, raça, etnia, questão de sexualidade, até às relações inter-pessoais que se acomodam no fórum íntimo, como a questão do abuso sexual, o trabalho doméstico, maus tratos, entre tantas outras. Explicou que o início do trabalho no Brasil, efetivamente fundou-se em mil novecentos e noventa e seis, com o seminário das Américas no Brasil que resultou na carta de Brasília. Foi uma consulta das Américas para o Congresso Internacional de Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, realizado em Estocolmo, que reuniu cento e cinquenta e

nove países. Do encontro, disse ela, saiu uma resposta coletiva dos participantes brasileiros, no âmbito da discussão dos direitos humanos, sobre a necessidade de se fazer um plano nacional de enfrentamento à violência sexual. Lembrou do encontro, no ano de dois mil, com mais de cento e vinte organizações em Natal, para planejar a criação do comitê de enfrentamento à violência sexual. Disse que o Sentinela foi o primeiro programa governamental voltado especificamente para o combate a violência sexual no país. Avaliou ter sido um avanço o fato de agendar uma política nacional de assistência e conseguir um orçamento para realizar as ações. Apesar do avanço, disse que era preciso melhorar muito ainda tal política. Lembrou da contribuição da PESTRAF (Pesquisa sobre Tráfico de Seres Humanos) que acabou provocando a CPMI em nível nacional, que levantou cinquenta e uma denúncias graves de impunidade de abuso de poder por elites políticas e econômicas. Sobre a matriz, intersetorial de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes disse que avança por conseguir estabelecer metas per captas, vez que a pesquisa foi a nível nacional, cruzando com dados da CPMI, PESTRAF, Disque Denúncia e com o mapeamento da Polícia Rodoviária Federal. Foi levantado assim, novecentos e trinta e sete municípios no Brasil onde havia registro de alguma situação de exploração sexual comercial. Explicou que foram criados três grupos de trabalho dentro da comissão inter setorial: um para discutir PDD (Pobreza, Desigualdade e Diversidade); outro para discutir a impunidade; e o terceiro para discutir a releitura da legislação. Os debates ocorreram entre pessoas do governo, sociedade civil, organizações internacionais e empresas públicas. Foi criada uma análise de situação da cobertura pública aos municípios, fazendo corte de gênero e raça. Foram verificadas as ações da Secretaria Especial da Mulher, da Secretaria Especial de Igualdade Racial e também da FUNAI. Citou o caso da cidade de Milagres e disse que, como em outras cidades, existe uma cobertura de políticas sociais, porém fragmentadas, desarticuladas. Verificaram que justamente nos municípios com ações sociais eram os que teriam a presença da violência sexual. Ressaltou que a matriz traçava metas e que ficou pronta, paralelamente, com a discussão da atualização do Plano Nacional de

Combate a Violência Sexual. Disse estar apresentando o planejamento ao conselho para discutirem e fortalecerem as parcerias e que a SEDH estava gerando metas através da matriz. Explicou que os trabalhos com o Disque Denúncia haviam sido aprimorados para acompanhar os desdobramentos da denúncia. Falou da perspectiva de automatização da matriz disponibilizando-a aos municípios para que ela se torne um referencial no campo de combate à exploração sexual no Brasil. Constatou que não haveria possibilidade de combater a impunidade se não fossem fortalecidas as redes públicas locais de saúde, educação, assistência. Um dos critérios planejados, explicou ela, era o de combater a impunidade, na lógica da proteção à infância e de responsabilização dos exploradores, a começar pelos municípios que foram denunciados pela CPMI, ou seja, uns cinquenta municípios, a princípio. Disse que a comissão intersetorial estava formatando uma portaria conjunta entre Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Secretaria Especial de Direitos Humanos que prevê a atualização das matrizes desses municípios e levantando todas as ações deles. O sr. **presidente** agradeceu a exposição e abriu espaço para discussão. A conselheira **Cleide** perguntou se o programa “A Escola que Protege” desenvolvido pela secretaria de Educação Continuada de Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação estava enquadrado na proposta das ações intersetoriais. Disse que o programa, desenvolvido como piloto em algumas cidades, estava dando bons resultados por tratar de eixos como a Escola de Paz, que previa uma ação continuada dos professores para proteção integral de crianças que sofreram esse tipo de violência. Explicou a competência da secretaria do MEC que tratava de ações complementares que diziam respeito a diversidade ético-racial, sexual e religiosa. O conselheiro **Renato** elogiou o foco da matriz de combater a impunidade e sugeriu quatro dimensões para o planejamento: Atualizar o marco legal, por ser da década de quarenta, alterado recentemente por conta dos trabalhos da CPMI, mas que ainda era inadequado no que diz respeito a direitos humanos sexuais; Incorporar o enfrentamento à impunidade no Direito Penal visando restituir o direito da vítima envolvendo o seu protagonismo; a

dimensão do Estado, dos seus equipamentos e das suas competências. Disse que nos mais de cinco mil municípios existentes no país, haviam apenas dezenove delegacias especializadas e que alguns juizes eram contra a especialização; e por último, a dimensão sobre a questão do sistema de penas. Disse existir no Brasil trezentos e cinquenta mil encarcerados, e que aumentar essa população não adiantaria de nada. Era necessário, segundo ele, pensar num sistema de penas adequado a sociedade. O conselheiro **Pedro** disse que teriam que enfrentar duas linhas de ação: uma com ações contra a exploração, não só com intuito de diminuir as ocorrências, mas de estancar o problema de vez. Outra linha seria com projetos de inclusão. O conselheiro **José Eduardo** falou sobre a intenção de elaborar projetos não só de proteção especial, mas de vigilância para garantir a continuidade permanente na assistência social. O conselheiro **Cláudio** lamentou, ao lembrar que o presidente da República havia definido como prioridade de governo ações para essas questões, que não havia avanço algum na área. Disse que os recursos sempre atrasam por estarem contingenciados, ficando o problema para os municípios. Especificamente do programa Sentinela, disse que fica impedido de avançar esperando descontingenciamento. Disse existir um viés político entre o CONANDA e o Conselho Nacional de Assistência Social para se colocar na pauta número um. Falou que se as verbas dos programas de atendimento não ficarem livres dessa lógica, não conseguiriam avançar em nada. A seu ver, disse ainda não ser visível concretamente as ações interministeriais sobre o assunto. A conselheira **Júlia** concordou com a fala do conselheiro Renato e disse ter verificado essa conclusão por trabalhar de perto com as famílias do abusado e do abusador, que cobram por justiça e lamentam a impunidade. Sugeriu que o planejamento separasse bem as atribuições dos municípios. Relatou que os programas de muitos municípios atendiam toda a qualquer forma de violência contra a criança e o adolescente, deixando de lado a questão da exploração sexual, contratando a mesma equipe técnica para resolver todos os casos. Disse que essas especificações poderiam estar incluídas na proposta de planejamento com ações para capacitar políticas públicas de enfrentamento a tal exploração. Falou que era

necessário esclarecer a responsabilidade do município em resolver os seus problemas e não aproveitar um programa sem resolver os problemas. O conselheiro **Cláudio** questionou sobre a estratégia de implantação do programa e sobre a participação dos governos estaduais na supervisão já que o governo federal não assumiria esta função. Quanto aos municípios em faixa de fronteira, disse que existe um esforço do Governo Federal coordenado pela Casa Civil para combater o problema, junto com o Ministério da Integração Nacional e outros ministérios, principalmente na fronteira Brasil-Colômbia. Indagou sobre a articulação dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares para executarem conjuntamente os esforços desses municípios. A conselheira **Elizabeth** parabenizou o trabalho e disse ter percebido que no planejamento havia sido retirado o foco de combate a impunidade. Defendeu que tal combate é importantíssimo, não só objetivando o encarceramento mas reprimindo o explorador. Disse faltar um entendimento com o Conselho Nacional de Assistência Social para definir o gerenciamento dos recursos. Foi informado que nos dias dezesseis e dezessete do mês corrente, aconteceria uma capacitação para a Conferência Nacional de Conselheiros Estaduais e que, quanto a questão do financiamento haveria uma reunião específica para tratar do assunto mas que eram muitos os avanços verificados na última plenária. Com a palavra, a sra. **Maria Lúcia Leal** agradeceu as perguntas, ao qual as classificou como contribuições importantíssimas ao trabalho. Disse, quanto a questão do orçamento, que teriam obrigatoriedade da ação interministerial, tanto que já haviam marcado uma reunião da comissão para definir os pontos. Falou que as ações seriam articuladas com o CONANDA, Conselho de Assistência, MEC, LDB e SUS para provocar o orçamento. Quanto ao Sentinela, disse que as ações estavam previstas dentro da portaria. Respondeu ao conselheiro Renato dizendo que trabalhariam os eixos sugeridos por ele. Lamentou a constatação de que a exploração sexual estava relacionada com o trabalho doméstico, com o trabalho infantil, com o tráfico de drogas, com a violência intrafamiliar e com tantas outras relações complexas. Disse entender que o combate à impunidade era uma relação de enfrentamento não só no âmbito

de políticas públicas mas no âmbito da justiça. O sr. **presidente** comentou uma matéria do Jornal do Brasil do dia vinte e sete que trazia um balanço das ações da SEDH no ano de dois mil e quatro. Mostrou que o orçamento era de cento e dezesseis milhões e foi executado um pouco mais da metade, sessenta e seis milhões. No que se referia a capacitação dos participantes do sistema de garantia de direitos especificamente na violência sexual contra a criança e o adolescente, o orçado era de duzentos e trinta mil reais, sendo executados cento e quinze mil. Avaliou serem importantes os dados para a elaboração da lei orçamentária para o próximo ano. A conselheira **Elizabete** informou que participou de uma exposição em São Paulo sobre o orçamento e o gasto social nos últimos anos. O estudo, segundo ela, apontou o crescimento do gasto social, principalmente do Ministério do Desenvolvimento Social, no BPC (Benefício de Precisão Continuada), e na renda mensal vitalícia, mas não cresceu o gasto e os recursos do orçamento para as ações da política de assistência social propriamente dita. Disse ser um indicador preocupante e demonstrava a importância de se fazer uma análise urgente do orçamento. Lamentou que no orçamento criança, tivesse, à três meses, apenas seiscentos mil reais da fonte cem para toda a área da criança e do adolescente, fato, segundo ela, nunca acontecido em governo algum. O sr. **presidente** agradeceu a participação da sra. Maria Lúcia Leal e disse que o CONANDA estaria sempre aberto para continuar as discussões, sobretudo com relação ao orçamento. Em seguida fez um informe justificando a ausência da conselheira Maria das Graças, por conta do falecimento de seu irmão e disse que o CONANDA já havia enviado um ofício de solidariedade àquele momento difícil. **15 anos do ECA**. Com a palavra, o conselheiro **Paulo** disse que seria realizada uma jornada nacional cultural esportiva com os adolescentes em cumprimento de medida de internação e semi-liberdade. A abertura seria, segundo ele, no dia doze de julho à noite, prosseguindo pelos dias treze e catorze com a programação esportiva e cultural. Informou que já estavam inscritos onze estados enviando cada um cerca de vinte e cinco adolescentes dos programas de internação e semi-liberdade. Explicou que funcionários das instituições acompanhariam os adolescentes no

deslocamento e que estavam acertando com vários órgãos do governo federal e do Distrito Federal questões de emergência, saúde, turismo cívico, entre outros. Falou que ainda havia dificuldade de alojamento. Quanto ao custeio, disse que as despesas de deslocamento seriam por conta do governo federal e as despesas para a realização, alimentação e alojamento seriam por conta da Subsecretaria, através de convênio. Além da jornada esportiva, explicou ele, as apresentações culturais incluirão o grupo vindo de Caruaru, um grupo de maracatú e grupos de adolescentes de outras unidades. Na abertura terá desfile com as bandeiras dos estados e que estavam tentando disponibilizar um show a presença de um jogador famoso. O Sr **Márcio Sanches** disse haver uma dificuldade para convocar parlamentares para a próxima assembléia por conta do recesso legislativo do Congresso. Por isso havia a idéia de inserir na programação o convite à parlamentares de cada estado, em nome da frente parlamentar. Falou da demanda de lançamento do livro “Meninas de Esquina” escrito pela jornalista paulista Eliane Trindade, tendo em vista o trabalho da Frente Parlamentar e tendo ouvido vários parlamentares. O sr. **presidente** lembrou que a plenária do conselho seria em uma semana anterior o que possibilitaria a participação dos conselheiros na abertura. Em seguida, passou a palavra para o sr. **Gilvam**, secretário do Fórum DCA/DF, que solicitou espaço para também participar das comemorações para solenidade de posse dos membros do Forum para apresentação das ações do RECRIA e do Movimento Nacional dos Meninos de Rua e que pretendia fazer um desfile dos Direitos da Criança. O conselheiro **Paulo** informou, a pedido da conselheira Maria Lúcia, que o ministro também havia solicitado espaço nas comemorações. Disse que ainda estavam formatando a programação e que apresentariam aos conselheiros ainda naquela plenária. A conselheira **Maria Isabel** sugeriu que a plenária começasse pela manhã e que o desfile fosse feito no encerramento do evento. O sr. **presidente** encaminhou para que a plenária iniciasse pela manhã. Solicitou que o sr. Gilvam se reunisse com o conselheiro Paulo e o Sr Márcio Sanches para definir a participação. O Sr **Gilvan** sugeriu ainda que se fizesse no evento, a dinâmica da terapia do abraço. O conselheiro **Paulo** sugeriu que se fizesse no dia

treze pela manhã uma solenidade no Palácio. O sr. **presidente** encaminhou para que discutissem melhor a programação e apresentassem à plenária. Em seguida, encerrou as atividades da manhã convocando os conselheiros para as reuniões das comissões no período da tarde. **DIA QUINZE.** O sr. **presidente** iniciou os trabalhos do dia com as discussões sobre o **Processo de Constituição do SINASE.** Com a palavra, o conselheiro **Paulo** explicou que o documento continha dez parágrafos. O primeiro, segundo ele, era o marco situacional com uma análise do adolescente no contexto brasileiro no conflito com a lei, mostrando a realidade do sistema. Os demais capítulos tratavam da apresentação do conceito do SINASE, da integração entre as políticas públicas, do princípio de sistemas sócio-educativos, da organização, a composição definindo os órgãos de deliberação, gestão e execução. Também seguem capítulos sobre a parte pedagógica dividida em seis dimensões básicas: espaço físico, desenvolvimento, Direitos Humanos, acompanhamento técnico, recursos humanos e alianças estratégicas. Explicou também haver um capítulo sobre parâmetros arquitetônicos, gestão dos programas, financiamento, monitoramento e avaliação. Em seguida detalhou os pontos de cada um dos capítulos. O sr. **presidente** agradeceu a exposição do documento e abriu o debate para contribuições dos conselheiros. A conselheira **Ana** sugeriu alterar algumas expressões. O sr. **presidente** propôs que questões para correção no texto fossem enviadas por meio de correio eletrônico para o conselheiro Paulo e Sr<sup>a</sup> Edna. Sugeriu aprovar capítulo por capítulo. Seguiu-se o debate sobre o texto do SINASE, da forma proposta pelo presidente, sendo que as alterações serão efetuadas no texto original. Por fim, o sr. **presidente** encerrou os trabalhos do dia. **DIA DEZESSEIS.** O sr. **presidente** iniciou os trabalhos do dia com o **Relato das Comissões.** **Comissão de Articulação e Comunicação:** O relator explicou que na reunião do dia quatorze estiveram presentes as conselheiras Joisiane, Elizabeth, Andréia, o conselheiro Helder pela Abrinq, bem como os assessores técnicos da subsecretaria o sr. Alberto, o sr. Francisco e o professor Wanderlino Nogueira. Relatou que houve a indicação do nome da conselheira Joisiane referendado pelos outros três conselheiros presentes no dia para

substituir a conselheira Maria de Lourdes na coordenação da comissão. Sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos conselhos de direito foi aprovado a resolução que terá o número 105. Informou ter havido uma conclusão da matéria cuja cópia impressa teria sido distribuída para os conselheiros e referiam-se a onze observações feitas das quais registrou as mais importantes mais relevantes. Quanto a manutenção de no mínimo um suplente, sugeriu que fossem debatidas as recomendações referentes a criação e funcionamento dos conselhos de direito na próxima reunião geral da assembléia em julho, vez que permanecia como prioridade de trabalho da comissão, as cartilhas passo a passo. Foi informado que no dia sete de junho a comissão esteve reunida extraordinariamente em Brasília para dar andamento aos trabalhos e que estiveram presentes as conselheiras Maria de Lourdes, Joisiane e Luiza mas que não havia nenhum conselheiro governamental. Foi solicitado o registro da enorme dificuldade operacional para realizar a reunião da comissão. Lamentou-se o fato de se haver um investimento de dinheiro público para trazer os conselheiros da sociedade civil até Brasília e os representantes governamentais não se fazerem presentes, prejudicando o andamento dos trabalhos. Por ocasião da elaboração das cartilhas principalmente as cartilhas dos conselhos de direitos a comissão tomou a decisão de tratar do tema de fundo separadamente, apesar de ser um tema urgente e polêmico. Lamentou-se também o fato de ausência dos conselheiros governamentais tornando a situação ruim, vez que prejudicava as deliberações e que apesar de as questões serem majoritariamente definidas com a sociedade civil, haviam problemas políticos. Foi solicitado que as coordenações atuassem no problema. Quanto às cartilhas, sugeriu-se para ganhar tempo que a comissão enviasse o texto imediatamente aos conselheiros para análise e contribuições. O sr. **presidente** comentou que havia o mesmo problema na comissão de orçamento e finanças, já que estavam presente com ele, apenas os conselheiros Pedro e Enid, sem participação governamental. O conselheiro **Renato** disse que deveriam aplicar o regimento, até como medida pedagógica, já que havia conselheiros que ainda não compareceram as reuniões deste ano. Explicou que o artigo sete do regimento determinava

que o conselheiro governamental e não governamental fosse substituído em função de três ausências injustificadas, ou quatro seguidas, ou quatro alternadas. Havendo deliberação do colegiado sugeriu que a presidência deveria encaminhar a secretaria executiva uma solicitação de substituição, com base no regimento, dos conselheiros faltosos. Foi relatado o mesmo problema na comissão da conferência, dizendo que a única governamental que participou das reuniões até aquele momento era a conselheira Cristina e a assessora técnica Cristina Albuquerque, aproveitando, inclusive, para parabenizar a assessora e registrar o empenho dela nas contribuições aos trabalhos. A conselheira **Maria Izabel** concordou com a indicação do conselheiro Renato e registrou o fato de que alguns conselheiros assinavam pela manhã, ficavam apenas meia hora e saíam voltando para permanecer no período da tarde mais meia hora. Classificou como injusta a atitude de não contribuir com os debates e pediu desculpas pela dureza da fala. O sr **presidente** perguntou se a plenária era à favor da colocação do conselheiro Renato de se fazer um levantamento das últimas cinco assembléias realizadas em dois mil e cinco para verificar a participação dos conselheiros governamentais e não governamentais. Como não houve objeção, deliberou para que a comissão de legislação e regulamentação fizesse o levantamento e apresentasse na próxima plenária. Também foi aprovada a indicação da conselheira Josiane para ser a coordenadora da Comissão de Articulação e Comunicação. Na seqüência, o sr. **presidente** perguntou sobre a metodologia de trabalho com relação apresentação da resolução. O sr. **Renato** informou que a resolução tinha vinte e dois artigos e que havia sido distribuída a todos com tempo, não havendo necessidade de leitura integral, apenas contribuições pontuais de cada artigo. O sr. **presidente** disse ser necessário organizar a agenda da assembléia e das três oficinas; a oficina sobre diversidade que tem a ver com a realização da conferência, a oficina para os encaminhamentos da criança e do adolescente indígena e trabalho aprendiz.

**Aprovação das Atas.** A conselheira **Maria Izabel** sugeriu que os nomes dos conselheiros fossem colocados por inteiro. A Sr<sup>a</sup> **Bernadete** discordou argumentando que no início da ata já estava o nome completo de todos, não havendo necessidade de se repetir a toda hora.

A conselheira **Maria Izabel** disse que havia uma dificuldade em relação às atas por muitas serem confusas. Foram aprovadas as atas de fevereiro e de abril. **Informes.** O sr. **presidente** informou o recebimento de um convite para participar de uma conferência no dia oito de julho em Vitória da Conquista, tendo sugerindo a Regina Afonso, conselheira do MS. Outro convite era para a primeira Conferência Internacional sobre Ofensas Sexuais da Associação Brasileira de Prevenção e Tratamento das Ofensas Sexuais que aconteceria nos dias dezoito a vinte e um de agosto em São Paulo. Sobre a logomarca comemorativa aos quinze anos do Estatuto, informou que a ANDI havia repassado três propostas de logomarca. Foi apresentada a proposta considerada mais interessante. O sr. **presidente encaminhou** a aprovação da logomarca escolhida. Sugeriu manter a plenária de julho para os dias já agendados: seis e sete e que fossem escolhidos os conselheiros para participar da abertura do aniversário do estatuto, no dia doze. O conselheiro **Antônio** e as conselheiras **Júlia** e **Miriam** se dispuseram em participar da abertura do evento do estatuto nos dias doze e treze, além do presidente. Os conselheiros **Cláudio** e **Renato** ficaram de confirmar a participação. Houve consenso. Sugeriu ainda que a assembléia de agosto fosse de quatro dias. Foi aprovada a proposta com realização da assembléia de agosto entre os dias dez e treze daquele mês. Também foi aprovada a próxima plenária para os dias seis e sete de julho. O conselheiro **Renato** informou que naqueles dias o Presidente da República e o Ministro da Educação fizeram o lançamento solene da PEC do FUNDEB. Disse que houve pelo menos três versões da PEC: a primeira versão levava a vinculação constitucional de dezoito a vinte por cento, mas a proposta não fora aprovada. A segunda versão determinava a manutenção ainda do mesmo percentual de dezoito por cento mas sem gradação da entrada da educação infantil e do ensino médio no cálculo. A terceira versão foi resultado de diálogo da negociação realizada durante todo esse tempo, ela incluía a educação infantil e fazia uma gradação cronológica do ingresso das matrículas no cálculo. Disse que ficou surpreso em saber que no texto enviado ao Congresso a expressão “educação infantil” havia sido substituída por “pré-escola”, que inclusive contraria a determinação da última

Conferência Nacional. Disse estar indignado pelo ocorrido já que havia manifestações no Brasil inteiro e que o CONANDA deveria fazer alguma manifestação sobre o assunto. O sr. **presidente** encaminhou para que se verificasse o trâmite da matéria no Congresso para saber se a PEC passaria antes pelo Senado ou pela Câmara para que fosse feita uma mobilização via frente parlamentar. Foi dito que o debate na Secretaria da Educação Básica era justamente sobre a questão orçamentária que emperra a inserção das creches no âmbito dessa discussão, por que a creche requer toda uma assistência e um cuidado específico, estrutural, operacional, funcional. A conselheira **Cleide** sugeriu que a questão fosse pautada para a próxima reunião do CONANDA, até por conta do credenciamento das creches na educação, que é uma temática que está sendo amplamente discutida no âmbito dos estados. A conselheira **Elizabete** explicou que onde a creche saiu da assistência e passou para educação, na prática, perder-se-ia oitenta por cento das vagas, porque a assistência conseguia até então fazer alguns convênios com entidades que prestavam esse serviço de creche, já a educação não tem essa possibilidade de fazer convênios para repasse de recurso. O conselheiro **Renato** propôs uma campanha nacional pelo direito a educação. O sr. **presidente** encaminhou para inclusão do assunto para a próxima assembléia. O conselheiro **Antônio** informou ter alguma coisa errada na compra das passagens. Disse que teria adquirido uma passagem, diferente do horário proposto no voo dele, e que teria sido bem mais barata do que a comprada pelo conselho. Falou que deixaria com o presidente os dois “vaucher” para que ele verificasse o motivo da diferença. Disse ser obrigado a falar que havia um mistério na aquisição das passagens. Falou que ainda haviam problemas nos horários, apesar de ter reclamado na última plenária e citou o exemplo da conselheira Miriam que teria desembarque previsto para as três e meia da manhã. O conselheiro **Amarildo** disse que o conselheiro estava correto em apresentar o fato. Disse que era a subsecretaria que cuidava da emissão das passagens e informou que estava sendo implantado nos Ministérios um sistema eletrônico de compra de passagens para revolver o problema. **Relato da Comissão de Orçamento e Finanças**. Orientou-se tratar da questão

das emendas para a LDO na intenção de que os responsáveis em encaminhá-las ao Congresso tivessem tempo de fazê-lo. Fez uso da palavra o sr. **Francisco Sadec**, presidente do INESC, que explicou aos conselheiros que no PL da LDO para dois mil e seis, as ações que visam prioritariamente o gasto com criança e adolescente foram incluídas no desafio cinco com intuito de reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a toda forma de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos. Disse que foram incluídas apenas duas ações: o material esportivo para ensino fundamental e médio e o PETI. Para o PETI disse que a previsão é de ter um milhão de atendimentos em dois mil e seis, já que no ano passado o atendimento foi de novecentos e trinta mil. A proposta de emenda número um elevaria para um milhão e cem mil. Já a proposta dois, incluiria a questão da criança e do adolescente vítima de abuso e exploração sexual. A emenda três, tratava dos adolescentes em conflito com a lei e medidas sócio educativas. A emenda quatro tratava de garantir prioridade ao fundo, com base no que está no ECA no artigo quarto e na constituição no artigo duzentos e vinte e sete, dando prioridade absoluta de política destinada a criança e adolescente nada melhor que o fundo e o CONANDA, que é órgão deliberativo do fundo. Foi perguntado quem assinaria as emendas. O sr. **presidente** explicou que eram propostas trazidas ao CONANDA e que o conselho poderia endossá-las ou não. Perguntou-se ainda, porque havia sido feita uma emenda solicitando crédito suplementar. O conselheiro **Amarildo** esclareceu que o PPA e a lei orçamentária eram distintas. Disse que pediram uma suplementação de vinte milhões e que valeria a pena incluir. O conselheiro **Renato** ressaltou que esse colegiado tem que assumir cada vez mais a sua função de controlador de política. Perguntou se não teria mais força política enviar uma proposta própria ao executivo do que apresentar uma emenda. A conselheira **Karina** complementou a fala do conselheiro Renato dizendo que o papel do Conselho é anterior ao processo. Falou que a emenda era uma questão frágil, pois sempre eram cortadas, mas se a previsão vem do executivo é outro nível de discussão. O conselheiro **Amarildo** concordou com a posição dos conselheiros anteriores e disse não adiantar brigar no Congresso

Nacional, já que normalmente as emendas não eram aprovadas. Disse que o próprio CONANDA poderia verificar com a comissão de orçamento, as datas limites para a lei orçamentária anual. Ele se encarregou de fazer isso. O sr. **Francisco Sadec** informou que a única emenda que tem valor é a que trata do trabalho infantil, que já estava aparecendo no PLDO com os valores. O conselheiro **Hans** solicitou à secretaria do CONANDA a produção de uma agenda sobre a questão orçamentária, para que pudessem ter noção e agir pró ativamente, até no sentido de ir até os órgãos responsáveis e tentar dialogar antecipadamente. Solicitou uma liberação para acesso em nível de consulta, tanto do SIAF como do SIGPAN, para a comissão de orçamento. Foi lembrado que na questão das emendas até poderiam ser assinadas pelo conselho mas quem apresentava era um parlamentar, ou seja era uma atuação do parlamentar no Congresso. O sr. **Francisco Sadec** se dispôs a ir à comissão no Congresso para fazer as averiguações levantadas e solicitou que um conselheiro o acompanhasse. O sr. **presidente** agradeceu a participação do sr. Francisco Sadec e encaminhou a votação das emendas. Foram aprovadas. O conselheiro **Hans** se dispôs a acompanhar o sr. Francisco Sadec ao Congresso. A conselheira **Margarida** informou que a SOF já estava se reunindo com os ministérios para fazer o planejamento. O conselheiro **Amarildo** disse que no caso deles, era a Secretaria Especial que seria convocada para fazer o planejamento. Disse que o CONANDA não ficava sabendo quando ocorria a reunião por isso justificava ficar sabendo das datas para uma ação pró ativa. O conselheiro **Hans** perguntou se na última reunião havia sido aprovado o relatório com valor de cento e cinquenta mil reais para um evento do FONACRIAD e outro sobre a apreciação do investimento de setecentos e cinquenta milhões feito por Furnas para apoio a criação e fortalecimento dos conselhos de direitos e tutelares dos municípios na área de influência de Furnas, ou seja, trinta municípios no estado de Minas Gerais, vinte e dois em Goiás, dez em São Paulo e dois em Mato Grosso. A conselheira **Maria Isabel** disse lembrar que o do FONACRIAD havia sido aprovado e que o outro, por falta de tempo, não teria sido apreciado. O conselheiro **Hans** passou então para o relato da comissão. Dos

projetos analisados, informou que o primeiro foi sobre atendimento sócio educativo. Ao se verificar a disponibilidade do orçamento, disse que de um total de dez milhões, sete estavam disponíveis e três bloqueados. Explicou os critérios para análise dos projetos, como aqueles que precisam de aporte financeiro para concluir ações ou construções, estados que não receberam recursos nos últimos anos, projetos que seguiam a lógica da municipalização, aqueles que garantiam aporte financeiro para capacitação e projetos que apoiavam atendimento inicial. Dos cento e catorze projetos de quinze unidades da Federação, trinta foram aprovados pela comissão, que demandariam quinze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais. Como tinham disponíveis apenas sete milhões, explicou que ainda faltaria oito para serem cobertos, ou cinco se contassem com os três milhões bloqueados. Disse que eram apenas programas com medidas sócio educativas. Recomendou que a assembléia do CONANDA definisse quais projetos teriam prioridade e explicou o trâmite dos projetos ao distribuir o relatório da comissão aos conselheiros. O conselheiro **Pedro** leu a recomendação da comissão distribuída no plenário. O conselheiro **Amarildo** detalhou o processo. Disse que receberam cerca de mil e trezentos projetos até o dia trinta e um de abril, data limite para recebimento, que foram divididos por área temática. Depois, segundo ele, foi feita uma avaliação técnica dos projetos e todos aqueles que não tinham aprovação do Conselho, foram, automaticamente, reprovados, bem como todos aqueles fora do escopo das ações, como creches e abrigos, já que não existe linha de ação para financiamento desses projetos. Os que sobraram, disse ele, foram analisados para verificação de adequação. No caso das medidas sócio educativas, foi feita uma análise dos planos estaduais e o Estado de São Paulo, que não tem plano, ficou de fora do financiamento. Citou o caso de alguns projetos na cidade de Santos, ao qual avaliou serem bons e que seriam prejudicados por conta da não aprovação do plano pelo governo estadual, mesmo o projeto tendo sido aprovado no conselho municipal. Também comentou o projeto do Padre Júlio, ainda em São Paulo, que seria outro prejudicado. Disse que no momento de análise contaram com a participação de técnicos vindos dos estados para ajudar na

avaliação dos projetos. O conselheiro **Hans** continuou frisando que não havia recursos suficientes para a provar todos os projetos selecionados. Provocou a reflexão sobre o que o conselho deveria fazer realmente para conseguir recursos para esses projetos que foram avaliados. O conselheiro **Pedro** justificou o uso da palavra “suplementação” por orientação que tiveram na reunião. O conselheiro **Amarildo** propôs que o Conselho discutisse a metodologia, já que havia um conjunto de projetos reprovados porque não estavam dentro das linhas de ações, fora de critérios. Sugeriu o envio de um ofício padrão comunicando os interessados cujos projetos estão reprovados com as justificativas. O conselheiro **Hans** esclareceu que os recursos, na ordem de quase sete milhões e oitocentos mil reais, eram oriundos do orçamento da secretaria, não do fundo. E, como não eram suficientes, o CONANDA teria que definir quais seriam os critérios para estabelecer as prioridades. O conselheiro **Amarildo** explicou como foram definidas as prioridades nas análises feitas pela comissão, como ao se considerar estados que ainda não receberam recursos no passado, estados que tem avançado nas medidas sócio educativas, situações emergenciais, situações, por exemplo, de projetos para fazer uma obra para tirar adolescentes de delegacia. Disse que deveriam priorizar projetos que permitiam realizar o maior número de reformas com a menor quantidade de recursos. Sugeriu duas linhas de ações: negociar com as empresas que vão fazer doação para o fundo até o fim do ano, para escolherem os projetos que apoiariam ao invés de lançar edital. Outra ação seria a elaboração de uma listagem das demandas e enviá-la ao Ministério do Planejamento para mostrar que a demanda é muito maior do que os recursos e pedindo alguma providência a esse respeito. Propôs, como encaminhamento, aprovar a metodologia com as correções sugeridas e conceder um prazo maior para a comissão encerrar a avaliação. O conselheiro **Cláudio** sugeriu um caminho político e tratar a questão com o ministro e até com a presidência da república. O conselheiro **Amarildo** lembrou que a solicitação para suplementação teria que vir do Congresso Nacional, mas que não seria possível fazer, só no caso do fundo que se usa fonte cento e noventa e seis. O conselheiro **Cláudio** verificou no orçamento que para a fonte cento e noventa e seis havia a

expectativa de arrecadação na ordem de quinze milhões de reais, e que se cumprida, teriam já aprovados os quinze milhões para gastar. Reforçou a posição de se fazer uma manifestação do CONANDA sobre o assunto. A conselheira **Elizabete** solicitou acesso a lista de todos os projetos para também opinar. Quanto a priorização, disse para tomarem cuidado com a metodologia, já que os critérios são novos e definidos recentemente. Temeu cometer alguma injustiça, no caso de São Paulo, em não atender adolescentes e crianças em situações de risco. Fez referência, especificamente, ao projeto que tentava enfrentar uma situação onde vinte e cinco meninos estavam dentro de uma delegacia de polícia em uma sala em que cabem apenas oito adultos. A seu ver, uma situação absolutamente irregular, ilegal, bárbara que tinha que ser denunciada na ONU. Classificou como constrangedora a situação de terem provocado o Brasil, o país ter atendido e enviado os projetos e, naquele momento, o conselho dizer que não tinha recurso. A conselheira **Maria Isabel** disse que teria que se ausentar por conta da Conferência de Promoção da Igualdade Racial do estado de São Paulo que começava no dia seguinte. Sugeriu convocar os estados e aqueles que foram aprovados para ajudarem ao conselho a fazer uma pressão junto ao Governo por mais recursos. Se dispôs a militar sobre o assunto e sugeriu, como primeira opção para a mesa de orientação sexual na conferência, o nome do sr. Reinaldo Bugareli. O conselheiro **Renato** ressaltou que o crédito suplementar teria que ser por via de lei e sugeriu fazerem algum tipo de manifestação política no sentido de demonstrar hoje a exigüidade dos recursos disponibilizados de fonte cem à Secretaria e ao fundo. O sr. **presidente** esclareceu que os critérios não eram novos e disse que o CONANDA sempre teve critérios para a aprovação de recurso do fundo, o que era novidade, segundo ele, era que critérios foram ampliados, valendo tanto para os projetos com os recursos da Secretaria Especial de Direitos Humanos quanto para o Fundo. Ressaltou a necessidade de informar às entidades o motivo de reprovação dos projetos e de comunicar que os projetos aprovados ainda dependeriam da liberação dos recursos. Reforçou a estratégia de se reunir com o Ministro do Planejamento, para apresentar a demanda desse ano dos projetos que chegaram ao

Conanda. Depois disso, segundo ele, partem para a luta para conseguir mais recursos. Recomendou aos conselheiros analisarem os projetos e encaminhou que a comissão concluísse o quadro. Disse que o CONANDA teria que discutir critérios para os dois estados especificamente para não haver injustiça e se dispôs a fazer uma listagem com os projetos que foram aprovados e disse ser impossível fazer tal levantamento com os que não foram aprovados. O conselheiro **Pedro** disse que não era simples de escolher os projetos, já que era necessário fazer uma análise global. A conselheira **Karina** demonstrou sua preocupação com as dificuldades de recursos. Disse que ao se abrir uma consulta Nacional para o mais de cinco municípios do país, vários com problemas sérios, e chegam mil projetos para um recurso disponível de valor irrisório, ao se pensar no tamanho da demanda e se atender apenas a um por cento era um fato a ser discutido. O sr. **presidente** informou que no dia primeiro a comissão faria uma reunião aberta para discutir os projetos. O conselheiro **Cláudio** disse que não entendia o fato como problema e sim como consequência do caminho escolhido pelo conselho de se antecipar e solicitar projetos para destinar os recursos que antes chegavam como doação. Disse que era necessário aproveitar o momento como força política do conselho. Ainda no relato da comissão, o conselheiro **Pedro** informou ter recebido um pedido para incluir a logomarca do conselho em um folder do programa Pró-Infância. Segundo ele, a comissão avaliou que não estava clara a intenção e solicitou a conselheira Cristina para verificar detalhes. O último ponto tratado, segundo ele, era a respeito ao formulário de edital apresentado pelo Ministério do Esporte para projetos esportivos, ao qual havia recebido várias emendas da comissão. A conselheira **Karina** relatou, que ao analisar o orçamento com o sr. Sadec, nenhuma Secretaria Especial estava com meta prioritária. **Relato da Comissão de Legislação.** Foi dito que tratariam do relatório e da medida provisória que se transforma em projeto de lei convertido para o Senado que tratava do Conselho Nacional da Juventude e que a relatoria da comissão ainda estava pendente, já que o conselheiro Luiz Gonzaga estava se desligando do Ministério da Justiça. Com a palavra, a conselheira **Mariana** parabenizou o trabalho de todos. Disse que,

quanto o item da proibição do álcool líquido solicitado pelo conselheiro Amarildo, informou que a comissão havia agendado a visita da representante da ANVISA, sra. Tânia Piche que esclareceu os resultados da pesquisa da Sociedade Brasileira de Queimadura, com suas cinquenta e seis unidades de atendimento em todo o Brasil. Segundo a pesquisa, disse ela, houve uma redução de sessenta por cento do número de acidentes envolvendo o álcool líquido enquanto a resolução estava em vigor, e que, após a concessão da liminar pelo TRF o número de acidentes retornou para cerca de cento e cinquenta mil acidentes por ano, destes quarenta e cinco mil são crianças. Disse que a ANVISA havia entrado com recurso de apelação ao Tribunal e que aguardava decisão. Segundo ela, a sra. Tânia solicitou que o CONANDA também se manifestasse favoravelmente à resolução. Relatou que a posição da comissão foi favorável pela manifestação do CONANDA apoiando a resolução quarenta e seis, considerando o interesse público envolvido e o princípio internacional do melhor interesse da criança. Sugeriu encaminhar um ofício para a ANVISA para que o mesmo seja anexado na ação judicial que tramita no TRF da primeira região. A comissão decidiu ainda, segundo ela, que cópia do ofício fosse enviada ao Ministério Público Federal e a todos os parlamentares que elaboram os projetos de lei sobre a matéria. O sr. **presidente** encaminhou a votação da indicação da comissão. Foi aprovado. Continuou a conselheira **Mariana** apresentando o segundo item que tratava da revisão do regimento interno do CONANDA para incluir alterações que dispõem sobre procedimentos para apreciação da matéria em plenário, mas disse que a solicitação não havia ficado clara. Foi explicado que tais procedimentos definiriam como as matérias seriam encaminhadas ao plenário para apreciação, definindo inclusive prioridades. O mesmo ocorreria com as matérias enviadas às comissões e que como o item não era prioritário poderia ser debatido na próxima reunião. O sr. **presidente** encaminhou para que o sr. Francisco verificasse nas atas do ano anterior todos os itens indicados com relação a necessidade de mudança do regimento, como por exemplo, a reeleição da sociedade civil. Continuou a conselheira apresentando o terceiro item que era de avaliar a possibilidade do CONANDA entrar com o

pedido de listiconsorte na ação civil pública contra a FEBEM/SP, ajuizada pelo Ministério Público Federal, pela Fundação Abrinq, Conectas, Direitos Humanos, Associação das mães e amigos de crianças e adolescente em risco contra o Estado de São Paulo e a Fundação Estadual de bem estar do menor. A comissão entendeu, segundo ela, que o CONANDA deveria fornecer a AGU cópia de todas as resoluções que tratam de estabelecer parâmetros para as unidades de internação, bem como cópias dos pareceres das manifestações aprovadas em plenário sobre a FEBEM. Disse que a comissão aprovava a iniciativa. O conselheiro **Renato** disse ter conhecimento da ação que pretendia, entre outras coisas, a indenização por danos aos adolescentes que foram transferidos para Tupi Paulista por considerar inclusive que uma instituição penitenciária não poderia abrigar adolescentes. Comentou que leu as duas medidas cautelares, editadas pela corte Interamericana no dia vinte e um de dezembro de dois mil e quatro determinando que o CONANDA fiscalizasse as medidas relativas à Tupi Paulista. Informou que o presidente do CONANDA havia visitado a unidade. Não tendo mais nada a ser tratado, o **presidente José Fernando** agradeceu a presença de todos convocando os conselheiros para a próxima plenária e deu por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata, após lida e aprovada será assinada pelo presidente do CONANDA